



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

11/12/2015 ATÉ 11/12/2015



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG DANIEL MATOS.....	1
2	CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS	
	2.1 SITE CNJ.....	2 3
	2.2 SITE JUSBRASIL.....	4 5
3	COMARCAS	
	3.1 SITE FOLHA DO BICO.....	6
4	SERVIDOR PÚBLICO	
	4.1 SITE O QUARTO PODER.....	7
5	TELEJUDICIÁRIO	
	5.1 SITE CNJ.....	8
	5.2 SITE JUSBRASIL.....	9
6	VARA CRIMINAL	
	6.1 BLOG SÉRGIO MATIAS.....	10

Deputado Wellington convida para audiência que discutirá piso salarial para advogados

O vice-presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, deputado Wellington do Curso (PPS), utilizou as redes sociais para convidar a sociedade para participar de audiência pública que discutirá sobre a fixação do piso salarial dos advogados privados do Maranhão.

Ao realizar o convite, Wellington destacou a importância da audiência, tendo em vista a relevância da temática e, principalmente, por fazer referência aos anseios daqueles que são essenciais à Justiça.

"Acatamos a ideia de se fixar o piso salarial dos advogados privados do Maranhão tendo em vista a relevância da temática, o que nos motivou a levar o tema para discussão e, assim, identificar qual o pensamento preponderante sobre tal fixação. Trata-se de proposta de anteprojeto de lei, já que não é matéria de competência estadual. O nosso objetivo, assim, é levar a discussão aos empregadores e empregados, almejando encontrar a melhor solução e destacando o respeito e admiração por aqueles que são indispensáveis à administração da justiça: os advogados", afirmou.

A Audiência acontecerá na próxima quarta-feira (16), na Assembleia Legislativa (Auditório Neiva Moreira), às 14 horas, e contará com a presença de membros do Sindicato dos Advogados do Estado do Maranhão (SAMA); de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)-Seção Maranhão; Ministério Público Federal; do Ministério Público Estadual; do Ministério Público do Trabalho; Tribunal de Justiça do Maranhão; do Tribunal Regional do Trabalho, além de advogados, acadêmicos de Direito e demais membros da sociedade civil.

Juri popular condena a 17 anos de reclusão acusado de assassinar criança em Bacabal

O auditório do Salão do Juri do Fórum da Comarca de Bacabal ficou lotado, nesta quinta-feira (10), por populares, entre os quais familiares do pequeno Pedro Henrique Neves Galvão, de 7 anos de idade, e do acusado de tê-lo assassinado com requintes de crueldade.

O corpo da vítima foi encontrado na tarde do dia 16 de junho de 2014, nas margens do Rio Mearim, próximo ao balneário (Avenida Mearim). Jadelson Ferreirade Sá Saldanha, o "Ulisses", é apontado com o autor do crime e, desde 17 de junho do mesmo ano, se encontra preso em nossa capital. Em agosto do ano passado ele já havia retornado a Bacabal para participar de uma audiência no Fórum e, logo depois, foi recambiado novamente para a capital.

Nesta quinta-feira (10), finalmente, o júri popular foi realizado e o réu sentenciado a cumprir 17 anos de prisão em regime fechado a ser cumprida na Unidade Prisional de Ressocialização, no Bairro Olho D'Água, em São Luís.

O Defensor Público Pablo Carvalho, que acompanhou o réu, afirmou que irá recorrer da decisão por entender que pelo menos duas qualificadoras do crime não existiram.

Ele cita como exemplo os laudos cadavéricos que sequer são conclusivos quanto ao meio que provocou a morte, se foi uma pancada na cabeça ou afogamento.

Ana Cristina, irmã da vítima, se disse satisfeita com o resultado do julgamento. Na avaliação do Juiz Jorge Antônio Sales Leite, titular da 3ª Vara da Comarca de Bacabal, e que presidiu a sessão, o judiciário cumpriu com seu papel e o júri foi realizado a contento.

ENTENDA O CASO E ASSISTA IMAGENS REGISTRADAS NO MOMENTO EM QUE OS FAMILIARES DA VÍTIMA ENCONTRAM SEU CORPO: Homem é preso suspeito de matar criança; corpo foi encontrado no Rio Mearim, em Bacabal

Empresas recuperam R\$ 7,5 mi em quatro dias de renegociação no MA

Empresas recuperam R\$ 7,5 mi em quatro dias de renegociação. Crédito: Divulgação/TJMA

O Balcão de Renegociação de Dívidas registrou, até a quinta-feira (3/12), mais de R\$ 7,5 milhões em dívidas renegociadas com quase três mil clientes, segundo o Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O total representa cerca de 84% do valor previsto pelas empresas. O evento, com apoio do Sebrae, teve início na segunda-feira (30/11) e terminou na sexta-feira (4/12), às 16h.

De acordo com a coordenação do evento, o total originário das dívidas levadas para renegociação no balcão foi de R\$ 9 milhões, sendo que o valor parcial pago nas renegociações é de R\$ 7,5 milhões. Na programação, empresas e instituições de variados ramos (energia, telefonia, bancos, educação, lojistas, seguros, entre outras) recebem o público, identificam seus débitos e oferecem condições de pagamento. A Caixa liderou a negociação, seguida por Banco do Brasil, Bradesco e Itaú.

A ação integra o programa Consumidor Adimplente, idealizado pelo presidente do Núcleo de Conciliação do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, e pelo coordenador, juiz Alexandre Abreu. A iniciativa contou com parceria do Sebrae; da Associação Comercial do Maranhão (ACM-MA); da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE); da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Empresarial da Associação Comercial do Maranhão (CBMAE-MA); da Federação das Associações Empresariais do Maranhão (Faema); e Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB).

Empresas recuperam R\$ 7,5 mi em quatro dias de renegociação no MA

O Balcão de Renegociação de Dívidas registrou, até a quinta-feira (3/12), mais de R\$ 7,5 milhões em dívidas renegociadas com quase três mil clientes, segundo o Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O total representa cerca de 84% do valor previsto pelas empresas. O evento, com apoio do Sebrae, teve início na segunda-feira (30/11) e terminou na sexta-feira (4/12), às 16h.

De acordo com a coordenação do evento, o total originário das dívidas levadas para renegociação no balcão foi de R\$ 9 milhões, sendo que o valor parcial pago nas renegociações é de R\$ 7,5 milhões. Na programação, empresas e instituições de variados ramos (energia, telefonia, bancos, educação, lojistas, seguros, entre outras) recebem o público, identificam seus débitos e oferecem condições de pagamento. A Caixa liderou a negociação, seguida por Banco do Brasil, Bradesco e Itaú.

A ação integra o programa Consumidor Adimplente, idealizado pelo presidente do Núcleo de Conciliação do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, e pelo coordenador, juiz Alexandre Abreu. A iniciativa contou com parceria do Sebrae; da Associação Comercial do Maranhão (ACM-MA); da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE); da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Empresarial da Associação Comercial do Maranhão (CBMAE-MA); da Federação das Associações Empresariais do Maranhão (Faema); e Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB).

Fonte: TJMA

Serviço Telejudiciário é acionado 24,5 mil vezes em 2015 no Maranhão

Telejudiciário atende mais de 10 mil usuários em cinco meses. Crédito: Divulgação/TJMA

O Telejudiciário, serviço de atendimento ao cidadão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), registrou, em 2015, 24.499 atendimentos até 10 de dezembro. Dentro do estado, o acesso pode ser feito pelo número 159. Pedidos de informações gerais sobre o Judiciário foram o item mais solicitado pelos usuários (10.495). Em segundo lugar, estão as consultas a processos. Em seguida, vêm as manifestações da Ouvidoria — reclamações, denúncias, sugestões, com 1.360 ocorrências. E, na quarta posição, a geração de senhas aos servidores (1.194).

O serviço auxiliou a Corregedoria-Geral da Justiça a agendar casamentos comunitários, com 1.096 atendimentos em junho. Outra parceria foi mantida com o Núcleo de Conciliação, com 345 marcações de sessões conciliatórias. O serviço foi acionado, também, por interessados em informações sobre plantões judiciais, correições, sessões do Tribunal do Júri, agendamento de audiências de conciliação e outras opções.

Nos últimos 12 meses, a unidade focou em aprimorar a prestação de serviços voltados para o cidadão, com o objetivo de promover maior aproximação entre o Judiciário e a sociedade, que busca informações sobre o funcionamento da Justiça, segundo o chefe da Divisão do Telejudiciário, Fábio Martins. Para os servidores, são oferecidos serviços de consulta de processos administrativos, formulários-padrão de requerimento, registro de senha provisória para acesso ao Portal do Servidor e informações sobre o plano de cargos, carreira e vencimentos, direitos e deveres e alterações no boletim financeiro.

Tecnologia - O serviço utiliza tecnologia moderna e é gerenciado pelo sistema Attende, que agiliza o atendimento. Uma equipe de 16 atendentes, uma supervisora e três auxiliares se revezam para manter o funcionamento do setor. Usuários podem acionar o serviço de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

Comarca de João Lisboa-MA inaugura Audiência de Custódia

Uma audiência promovida pela 1ª Vara da Comarca de João Lisboa marcou a inauguração da Audiência de Custódia na unidade.

Presidiu a audiência o juiz Marlon Reis que, após analisar os autos, concluiu ser desnecessária a prisão de Rayfran Silva Sousa, preso por porte ilegal de arma.

Na ocasião, o juiz aplicou ao indiciado medidas alternativas à prisão, como apresentar-se uma vez ao mês perante a Secretaria do Juízo; não frequentar bares, boates ou outros estabelecimentos comerciais que explorem a venda de bebidas alcoólicas e não ausentar-se da comarca sem autorização judicial por prazo superior a 15 dias.

A audiência deu continuidade à interiorização do projeto da Corregedoria Geral da Justiça que tem por objetivo a aplicação do disposto no artigo 7º da Convenção Americana dos Direitos Humanos, que determina apresentação imediata do preso em flagrante ao juiz para avaliar as condições e a legalidade da prisão. (iMirante)

Empresas recuperam R\$ 7,5 mi em quatro dias de renegociação no MA

O Balcão de Renegociação de Dívidas registrou, até a quinta-feira (3/12), mais de R\$ 7,5 milhões em dívidas renegociadas com quase três mil clientes, segundo o Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O total representa cerca de 84% do valor previsto pelas empresas. O evento, com apoio do Sebrae, teve início na segunda-feira (30/11) e terminou na sexta-feira (4/12), às 16h.

De acordo com a coordenação do evento, o total originário das dívidas levadas para renegociação no balcão foi de R\$ 9 milhões, sendo que o valor parcial pago nas renegociações é de R\$ 7,5 milhões. Na programação, empresas e instituições de variados ramos (energia, telefonia, bancos, educação, lojistas, seguros, entre outras) recebem o público, identificam seus débitos e oferecem condições de pagamento. A Caixa liderou a negociação, seguida por Banco do Brasil, Bradesco e Itaú.

A ação integra o programa Consumidor Adimplente, idealizado pelo presidente do Núcleo de Conciliação do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, e pelo coordenador, juiz Alexandre Abreu. A iniciativa contou com parceria do Sebrae; da Associação Comercial do Maranhão (ACM-MA); da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE); da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Empresarial da Associação Comercial do Maranhão (CBMAE-MA); da Federação das Associações Empresariais do Maranhão (Faema); e Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB).

Fonte: TJMA

Empresas recuperam R\$ 7,5 mi em quatro dias de renegociação no MA

O Balcão de Renegociação de Dívidas registrou, até a quinta-feira (3/12), mais de R\$ 7,5 milhões em dívidas renegociadas com quase três mil clientes, segundo o Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). O total representa cerca de 84% do valor previsto pelas empresas. O evento, com apoio do Sebrae, teve início na segunda-feira (30/11) e terminou na sexta-feira (4/12), às 16h.

De acordo com a coordenação do evento, o total originário das dívidas levadas para renegociação no balcão foi de R\$ 9 milhões, sendo que o valor parcial pago nas renegociações é de R\$ 7,5 milhões. Na programação, empresas e instituições de variados ramos (energia, telefonia, bancos, educação, lojistas, seguros, entre outras) recebem o público, identificam seus débitos e oferecem condições de pagamento. A Caixa liderou a negociação, seguida por Banco do Brasil, Bradesco e Itaú.

A ação integra o programa Consumidor Adimplente, idealizado pelo presidente do Núcleo de Conciliação do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, e pelo coordenador, juiz Alexandre Abreu. A iniciativa contou com parceria do Sebrae; da Associação Comercial do Maranhão (ACM-MA); da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial (CBMAE); da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Empresarial da Associação Comercial do Maranhão (CBMAE-MA); da Federação das Associações Empresariais do Maranhão (Faema); e Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil (CACB).

Serviço Telejudiciário é acionado 24,5 mil vezes em 2015 no Maranhão

O Telejudiciário, serviço de atendimento ao cidadão do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), registrou, em 2015, 24.499 atendimentos até 10 de dezembro. Dentro do estado, o acesso pode ser feito pelo número 159. Pedidos de informações gerais sobre o Judiciário foram o item mais solicitado pelos usuários (10.495). Em segundo lugar, estão as consultas a processos. Em seguida, vêm as manifestações da Ouvidoria — reclamações, denúncias, sugestões, com 1,360 ocorrências. E, na quarta posição, a geração de senhas aos servidores (1.194). O serviço auxiliou a Corregedoria-Geral da Justiça a agendar casamentos comunitários, com 1.096 atendimentos em junho. Outra parceria foi mantida com o Núcleo de Conciliação, com 345 marcações de sessões conciliatórias. O serviço foi acionado, também, por interessados em informações sobre plantões judiciais, correições, sessões do Tribunal do Júri, agendamento de audiências de conciliação e outras opções.

Nos últimos 12 meses, a unidade focou em aprimorar a prestação de serviços voltados para o cidadão, com o objetivo de promover maior aproximação entre o Judiciário e a sociedade, que busca informações sobre o funcionamento da Justiça, segundo o chefe da Divisão do Telejudiciário, Fábio Martins. Para os servidores, são oferecidos serviços de consulta de processos administrativos, formulários-padrão de requerimento, registro de senha provisória para acesso ao Portal do Servidor e informações sobre o plano de cargos, carreira e vencimentos, direitos e deveres e alterações no boletim financeiro.

Tecnologia - O serviço utiliza tecnologia moderna e é gerenciado pelo sistema Attende, que agiliza o atendimento. Uma equipe de 16 atendentes, uma supervisora e três auxiliares se revezam para manter o funcionamento do setor. Usuários podem acionar o serviço de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h.

Sindicância e processo administrativo disciplinar são temas de livro de servidor da Corregedoria

Justiça decreta interdição de Delegacia de Polícia em Tutóia

A legislação maranhense sobre sindicância e processo administrativo disciplinar contra servidores judiciais (servidores e magistrados do Poder Judiciário) e extrajudiciais (cartório) é o tema explorado pelo servidor da Corregedoria Geral da Justiça Lourival da Silva Ramos Júnior no livro *Sindicância e Processo Administrativo Disciplina do Maranhão*.

Na obra, lançada durante o 70º ENCOGE realizado em novembro em Barreirinhas, o assessor jurídico da CGJ, bacharel em Direito pela UFMA e especialista em Direito Notarial e Registral pela Faculdade Fortium (Brasília) faz uma análise da legislação do Maranhão pertinente ao tema do livro pautada na experiência em comissões sindicantes e processantes contra magistrados, servidores do Judiciário e serventuários extrajudiciais.

A ideia é fomentar a discussão da legislação pertinente ao tema. Com vistas ao objetivo, Lourival “procurou desvelar as semelhanças e dessemelhanças entre serventuário judicial e serventuário extrajudicial em feitos disciplinares.

Entre as observações do autor sobre o tema, a de que a disposição normativa do Código de Normas sobre processo administrativo disciplinar induz o leitor à interpretação equivocada sobre tramitação de processo administrativo disciplinar. “Quanto às medidas tomadas em processo administrativo disciplinar (PAD), demonstrou-se que a finalidade de afastamento preventivo do servidor público é diferente da de serventuário extrajudicial”, destaca o autor.

No livro, Lourival trata ainda dos atos procedimentais de sindicâncias e de PAD, bem como do efeito jurídico do princípio da inocência na ambiência administrativa. Análises comparativas com os institutos do direito processual penal, com suas devidas adequações, também fazem parte da obra.

Nas palavras do autor, o livro foi guiado pelas palavras do desembargador Cleones Carvalho Cunha quando da apresentação do Código de Normas, quando o desembargador afirmou serem de grande valia para a Corregedoria as críticas e sugestões, uma vez que o trabalho necessita de constante atualização, como exige o dinamismo do Direito.

“Eis a essência deste estudo: oferecer uma reflexão sobre a legislação maranhense que dispõe sobre sindicância e processo administrativo e disciplinar contra serventuário judicial e extrajudicial do Maranhão”, conclui Lourival.

O livro do servidor encontra-se à venda na Livraria do Advogado (Shopping Tropical), no site da Editora Juruá (www.juruá.com.br) e na Corregedoria, com o autor.